



Autor: **DEPUTADO EIDER PENA**

Documento: **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 0104/13-AL**

Protocolo nº: **6216/13**

Data: **08/10/2013**

Assunto: **Cria a Delegacia de Atendimento ao Idoso e dá outras providências.**

### Tramitação Legislativa

Leituras: 09/10/13  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

nº S. Ord. 83º S.O.  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### COMISSÕES PERMANENTES

| Comissão | Encaminha do em<br>Sob o Ofício nº | Parecer nº | Parecer |
|----------|------------------------------------|------------|---------|
|          |                                    |            |         |
|          |                                    |            |         |
|          |                                    |            |         |

Observações: Se existe lei nº 0525/00. Aguardar!  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_





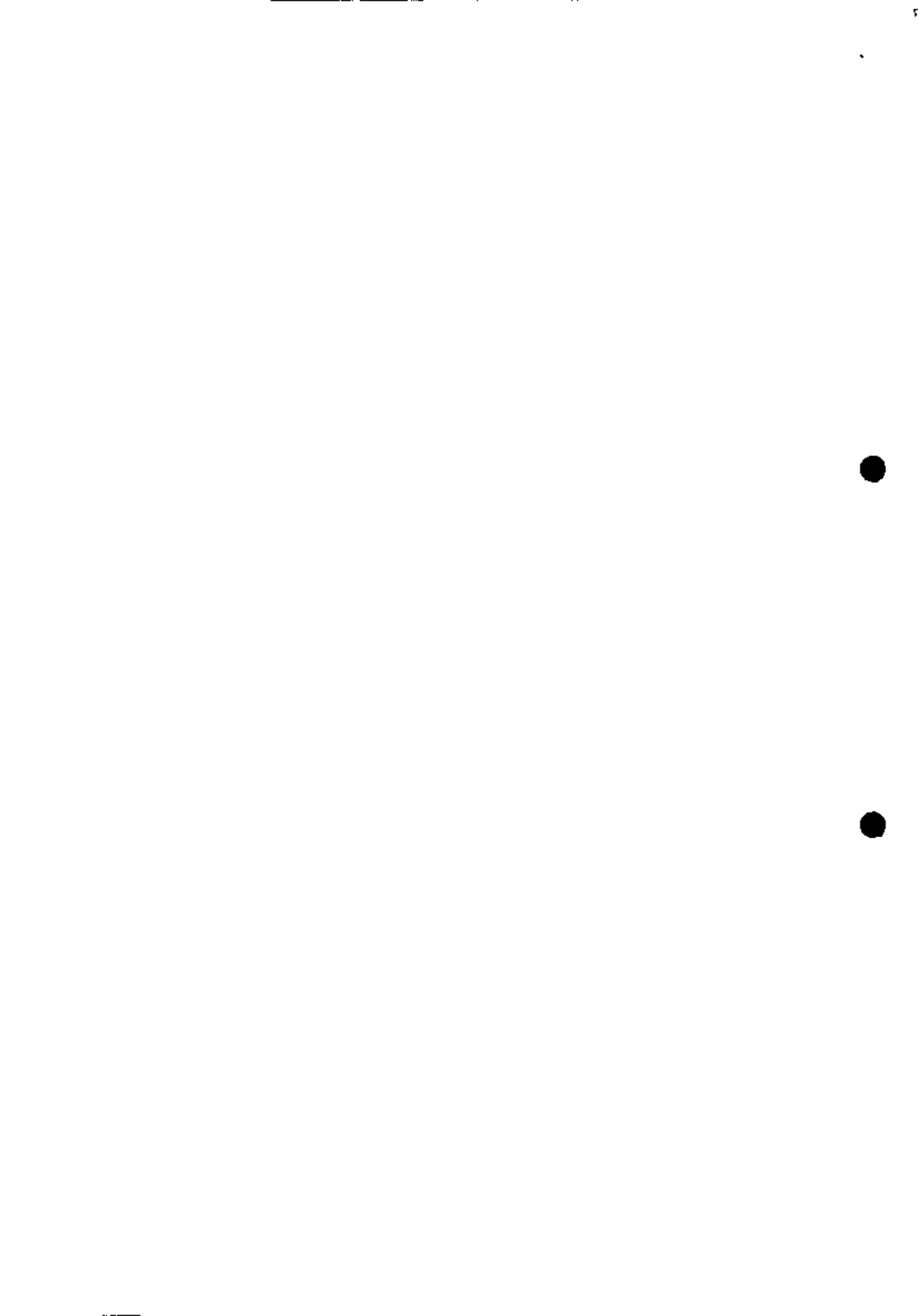
**ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**



**TERMO DE ABERTURA**

Aos oitavo dias do mês de outubro de dois mil e treze, na Secretaria Legislativa da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, autuei o Projeto de Lei -- nº 0104/13-AL, que segue em anexo, do que faço este termo. Eu, IEDA MARIA SANTANA GURJÃO, servidora desta Secretaria, o subscrevo.

Ieda Gurjão





**ESTADO DO AMAPÁ**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**GABINETE DEPUTADO EIDER PENA**

ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
PROTOCOLO GERAL

PROTOCOLO Nº 6.216/13

PROTOCOLO EM 08/10/13 HORARIO 11:05h

Servidor responsável Eider Pena

Projeto de Lei nº 01041 2013 – AL

**CRIA A DELEGACIA DE ATENDIMENTO  
AO IDOSO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**O Governador do Estado do Amapá,**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá,  
decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada a Delegacia Especializada no Atendimento ao Idoso no Estado do Amapá.

Art. 2º - A Delegacia de Atendimento ao Idoso será encarregada da operacionalização das atividades inerentes à Polícia Judiciária, pelo Registro de Boletins de Ocorrência, pela investigação, prevenção e repressão dos ilícitos penais praticados contra idoso, previstos no Código Penal Brasileiro, na Lei das Contravenções Penais, na Lei nº 9.445/07 e na Lei nº 10.741 de 01/10/03.

Art. 3º - A Delegacia referida no Art. 1º, disponibilizará em seu quadro de profissionais:

- a) Médico Geriatra com o objetivo de realização de perícias;
- b) Psicólogos;
- c) Assistentes Sociais, entre outros profissionais.

Art. 4º - A Delegacia de Atendimento ao Idoso será vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, e subordinada à Delegacia de Polícia Especializada – DPE, do Departamento da Polícia Civil do Amapá.



Art.5º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de recursos consignados no orçamento da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, podendo ser suplementadas caso necessário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Palácio Nelson Salomão, em Macapá – AP, 07 de Outubro de 2013.

Deputado Eider Pena

PSD / AP





**ESTADO DO AMAPÁ**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
**GABINETE DEPUTADO EIDER PENA**

**JUSTIFICATIVA:**

O envelhecimento da população impõe uma alteração rápida e eficaz nos rumos das políticas sociais que contemplem as demandas e necessidades dos idosos, de hoje e dos que o serão amanhã.

**“Na África se diz que, quando morre um ancião, desaparece uma biblioteca [...]. As pessoas idosas são intermediárias entre o passado, o presente, e o futuro. Sua sabedoria e experiências constituem verdadeiro vínculo vital para o desenvolvimento da sociedade.”**

**Kofi Annan, SECRETARIO GERAL DA ONU**

Segundo a proposta, as delegacias especiais terão as seguintes atribuições: prevenção e repressão de crimes praticados contra idosos; e encaminhamento dos reclamantes, quando necessário, a órgãos específicos de apoio social e psicológico.

As delegacias especializadas em idosos deverão ainda estar ligadas a entidades que possam dar abrigo e alimentação aos carentes, para o caso em que os idosos agredidos não possuam família ou qualquer condição de sustento.

O Estatuto do Idoso vem resgatar uma antiga dívida que a sociedade brasileira tem com nossos idosos. Mas para que tudo isso se materialize, é preciso que esse instrumento de cidadania tenha a adesão de toda a sociedade, porque só assim as inovações que ele traz, e as leis que ele regulamenta, irão se transformar, de fato, em direitos na vida dos idosos. São

474

1





118 artigos que asseguram de forma clara suas garantias fundamentais. A partir de agora, os idosos terão uma ampla proteção jurídica para usufruir direitos da civilização sem depender de favores, sem amargurar humilhações e sem pedir para existir.

Sala das Sessões do Palácio Nelson Salomão, em Macapá – AP, 07 de Outubro de 2013.

Deputado Eider Pena

PSD / AP

SMC 7  
FD

11





ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Ata da 83ª Sessão Ordinária  
Deliberativa da Assembleia  
Legislativa do Estado do Amapá,  
realizada no dia nove de outubro de  
dois mil e treze.

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dez horas e cinco minutos, no edifício sede da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, situado na Avenida FAB, s/n, nesta cidade, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá em sua Oitogésima Terceira Sessão Ordinária, da Terceira Sessão Legislativa da Sexta Legislatura. A sessão foi presidida pela Deputada Roseli Matos e Secretariada pelos Deputados Keka Cantuária e Charles Marques. Feita a chamada e verificada a existência de "quórum", iniciou-se o Pequeno Expediente com o Presidente suprimindo a leitura da ata da Sessão anterior. No Expediente do Dia foram lidas as seguintes matérias: **Projeto de Lei Ordinária nº 0019/13-GEA**, de autoria do Poder Executivo, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Estado para o Exercício Financeiro de 2014; **Projeto de Lei Ordinária nº 0023/13-GEA**, de autoria do Poder Executivo, que altera os artigos 70, 116 e acrescenta o 70-A na Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado, das autarquias e das fundações públicas estaduais; **Projeto de Lei Ordinária nº 0103/13-AL**, de autoria do Deputado Eider Pena, que garante aos idosos, com idade igual ou superior a 65 anos, a gratuidade de ingresso em eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária nº 0104/13-AL**, de autoria do Deputado Eider Pena, que cria a delegacia de atendimento ao idoso e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária nº 0105/13-AL**, de autoria do Deputado Eider Pena, que dispõe sobre isenção da taxa de inscrição para concurso público para doadores de medula óssea, e dá outras providências; **Projeto de Decreto Legislativo nº 0035/13-AL**, de autoria do Deputado Keka Cantuária, que concede o Título de Cidadão Amapaense ao Senhor Joaquim de Oliveira Gomes; **Requerimento nº 2189/13-AL**, de autoria do Deputado Eider Pena, que requer ao Presidente da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, serviço de manutenção nas luminárias da Rua Francisco Xavier das Chagas, no Bairro Jardim I; **Requerimento nº 2190/13-AL**, de autoria do Deputado Eider Pena, que requer ao Presidente da CEA, serviço de manutenção da iluminação pública na Av. Pinhais, no Bairro Brasil Novo; **Requerimento nº 2191/13-AL**, de autoria do Deputado Eider Pena, que requer ao Presidente da Companhia de Água e Esgoto do Amapá - CAESA, serviço de drenagem na Av. Goitacazes, entre Santos Dumont e 19 de Julho, no Bairro Buritizal; **Requerimento nº 2192/13-AL**, de autoria da Deputada Maria Góes, que requer ao Governador do Estado através da Secretaria Estadual de Infraestrutura -



SEINF, reforma da Quadra da Escola Estadual Maria Neusa do Carmo, no Bairro Jardim Felicidade I; **Requerimento nº 2193/13-AL**, de autoria da Deputada Maria Góes, que requer ao Governador do Estado através da CEA, a recuperação da iluminação pública na Rua Leopoldo Queiroz Teixeira, no Bairro Novo Buritizal; **Requerimento nº 2194/13-AL**, de autoria da Deputada Maria Góes, que requer ao Governador do Estado através da SEINF, agilizar a construção da Escola Estadual Deosolina Sales Farias, no Bairro do Pacoval; **Requerimento nº 2195/13-AL**, de autoria da Deputada Maria Góes, que requer ao Governador do Estado através da CAESA, que sejam tomadas providências no sentido de normalizar o fornecimento de água dos moradores do Bairro do Muca; **Requerimento nº 2196/13-AL**, de autoria da Deputada Maria Góes, que requer ao Governador do Estado através da Secretaria Estadual de Educação - SEED, uma visita na Escola Estadual Professora Nanci Nina Costa, no Bairro do Zerão, para tomar providências relacionados á falta de carteiras para atender a comunidade escolar; **Requerimento nº 2197/13-AL**, de autoria do Deputado Keka Cantuária, que requer ao Governador do Estado através da SEED, verifique a situação da Escola Estadual Água Branca do Cajari que após passar por reformas, o telhado desabou, colocando os alunos em situação de risco e prejudicando o andamento normal das aulas; **Requerimento nº 2198/13-AL**, de autoria do Deputado Keka Cantuária, que requer ao Secretário de Estado de Transporte, que viabilize a melhoria da Rodovia AP-010, no trecho do Distrito Anauerapucu, **Requerimento nº 2199/13-AL**, de autoria da Deputada Roseli Matos, que requer ao Governador do Estado através da CEA, a implantação do projeto de troca de lixo reciclável por desconto na conta de energia elétrica; **Requerimento nº 2200/13-AL**, de autoria do Deputado Zezé Nunes, que requer ao Presidente da CEA, a reposição das luminárias da 12ª Avenida do Bairro Provedor I, no Município de Santana; **Requerimento nº 2201/13-AL**, de autoria do Deputado Zezé Nunes, que requer ao Presidente da CEA, a reposição das luminárias da Av. Stélio de Oliveira, no Bairro Nova Brasília, Município de Santana; **Requerimento nº 2202/13-AL**, de autoria do Deputado Zezé Nunes, que requer ao Presidente da CEA, a reposição das luminárias da Rua Luiz César, no Loteamento Sol Nascente, **Requerimento nº 2203/13-AL**, de autoria do Deputado Zezé Nunes, que requer ao Presidente da CEA, a reposição das luminárias da Rua Goiabeira, no Bairro Brasil Novo; **Requerimento nº 2204/13-AL**, de autoria da Deputada Mira Rocha, que requer ao Governador do Estado através da SEINF, reforma e revitalização de 480 metros de passarelas em concreto armado na Travessa Gomes Freires de Andrade, no Bairro Provedor II, no Município de Santana; **Requerimento nº 2205/13-AL**, de autoria da Deputada Mira Rocha, que requer ao Governador do Estado através da SLINI, a construção de 2 800 metros de passarelas em concreto armado no Elesbão que dá acesso ao Matapimirim, no Município de Santana; **Requerimento nº 2206/13-AL**, de autoria da Deputada Mira Rocha, que requer ao Governador do Estado através da SEINF, que realize uma avaliação em todos os dezesseis municípios do Estado, nas áreas em que a população utilize o acesso a passarelas em madeira, com objetivo de implementar urgentes políticas públicas para as reformas das pontes ou construção em concreto armado; **Indicação nº 1241/13-AL**, de autoria do Deputado Keka Cantuária, que indica ao Prefeito de Macapá, serviços de capina, limpeza e revitalização da Rua Claudomiro de Moraes, no Bairro Buritizal; **Indicação nº 1242/13-AL**, de autoria da Deputada Maria Góes, que indica ao Prefeito de Macapá através da Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, melhorias na pavimentação asfáltica e limpeza na Travessa Douglas, no

Vertical text on the left edge of the page.



Bairro Infraero I; **Indicação nº 1243/13-AL**, de autoria da Deputada Maria Góes, que indica ao Prefeito de Macapá através da SEMOB, serviços de terraplanagem e asfaltamento na Travessa Floriano Waldeck com a Rua José Ferreira do Amaral, no Bairro São Lázaro; **Indicação nº 1244/13-AL**, de autoria da Deputada Maria Góes, que indica ao Prefeito de Macapá através da SEMOB, serviços de terraplanagem e pavimentação asfáltica na Rua Francisco Xavier das Chagas, no Bairro Jardim Felicidade I; **Indicação nº 1245/13-AL**, de autoria da Deputada Maria Góes, que indica ao Prefeito de Macapá através da Secretaria Municipal Urbanística - SEMUR, melhorar a coleta de lixo, no Bairro Infraero I; **Indicação nº 1246/13-AL**, de autoria do Deputado Isaac Alcolumbre, que indica à Secretaria Municipal de Saúde - SFMSA, que seja disponibilizado centrais de ar na sala de espera do posto de saúde Congós, no Bairro Congós; **Indicação nº 1247/13-AL**, de autoria do Deputado Isaac Alcolumbre, que indica à Secretaria Municipal de Saúde, que seja disponibilizado novos bebedouro com garrações no posto de saúde Congós, no Bairro dos Congós; **Indicação nº 1248/13-AL**, de autoria do Deputado Isaac Alcolumbre, que indica à Secretaria Municipal de Saúde, que seja disponibilizado o "Kit Hepatite" no posto de saúde Congós, no Bairro dos Congós; **Indicação nº 1249/13-AL**, de autoria do Deputado Isaac Alcolumbre, que indica à Secretaria Municipal de Saúde, que seja disponibilizado mais profissionais médicos Ginecologistas e Assistentes Médicos para atender a Comunidade que utiliza o Posto de Saúde Congós; **Indicação nº 1250/13-AL**, de autoria do Deputado Isaac Alcolumbre, que indica à Secretaria Municipal de Saúde, reforma geral no laboratório de exames do Posto de Saúde Congós; **Indicação nº 1251/13-AL**, de autoria do Deputado Isaac Alcolumbre, que indica à Secretaria Municipal de Saúde, reforma no prédio do Posto de Saúde Congós; **Indicação nº 1252/13-AL**, de autoria do Deputado Isaac Alcolumbre, que indica à Secretaria Municipal de Saúde, a devida reparação na cadeira odontológica do Posto de Saúde Congós; **Indicação nº 1253/13-AL**, de autoria do Deputado Isaac Alcolumbre, que indica a Secretaria Municipal de Saúde, a reposição do material para curativo do Posto de Saúde Congós; **Indicação nº 1254/13-AL**, de autoria do Deputado Isaac Alcolumbre, que indica a Secretaria Municipal de Saúde, melhoria no serviço de internet e automatização do setor administrativo do Posto de Saúde Congós; **Indicação nº 1255/13-AL**, de autoria do Deputado Keka Cantuária, que indica ao Prefeito de Macapá, serviços de asfaltamento e limpeza da Rua Exército da Redenção, no Bairro Jardim Marco Zero; **Indicação nº 1256/13-AL**, de autoria da Deputada Roseli Matos, que indica ao Prefeito de Macapá através da SEMUR, a implantação em parceria com o Governo do Estado, do projeto de troca de lixo reciclável por desconto na conta de energia elétrica; **Indicação nº 1257/13-AL**, de autoria do Deputado Zezé Nunes, que indica à Secretaria Municipal de Obras, serviços de limpeza e operação tapa buracos na Rua Goiabeira, no Bairro Brasil Novo; **Indicação nº 1258/13-AL**, de autoria do Deputado Zezé Nunes, que indica ao Prefeito de Macapá através da SEMOB, serviços de limpeza, terraplanagem e asfaltamento da Rua Luiz César, no Loteamento Sol Nascente; **Indicação nº 1259/13-AL**, de autoria do Deputado Zezé Nunes, que indica ao Prefeito de Santana através da Secretaria de Obras, serviço de recapeamento asfáltico da Av. Estélio de Oliveira, no Bairro Nova Brasília; **Indicação nº 1260/13-AL**, de autoria do Deputado Zezé Nunes, que indica ao Prefeito de Santana através da Secretaria de Obras, serviço de tapa buracos na 12ª Avenida do Bairro Provedor I; **Ofício nº 009/13-CPEE**, da Comissão Provisória da Executiva Estadual do PROS no Amapá, comunicando para os devidos fins de direito, a filiação



dos Deputados Estaduais João Jorge Goulart Salomão de Santana, Valdeco Vieira de Souza e Jaci Pena Amanajás no Partido Republicano da Ordem Social - PROS, recém criado no Estado do Amapá; Ofício nº 121/13-GDTG, do Gabinete da Deputada Telma Gurgel, justificando a ausência da Deputada Telma Gurgel na Sessão Ordinária do dia 08 de outubro de 2013. Passando-se a **Ordem do Dia**, o Presidente solicitou ao Secretário que fizesse a chamada na qual se encontravam ausentes os Deputados Charles Marques, Edinho Duarte, Isaac Alcolumbre, Joel Banha, Jorge Salomão, Júnior Favacho, Kaká Barbosa, Moisés Souza, Valdeco Vieira, Zé Luiz e as Deputadas Míra Rocha, Sandra Ohana e Telma Gurgel. Tendo sido constatada a falta de *quorum*, a Presidente suspendeu a sessão pelo prazo regimental. Reaberta a sessão e persistindo a falta de *quorum*, passou-se para o Grande Expediente os deputados Eider Pena e Marília Góes cederam o tempo para que o Senhor Nonato pudesse falar sobre os problemas que vividos pela Escola Família Agrícola da Colônia do Cedro. Com a palavra o Senhor Raimundo Nonato Aguiar Jarim disse que as Escolas Família teriam firmado convênio com o Governo do Estado e que a pedagogia do campo era diferente da pedagogia da cidade. Disse que na Escola Família Agrícola os alunos tinham formação tanto prática quanto teórica. Disse que em sete meses do Dr. Pedro Paulo a gente do Governo do Estado não foram pagas as mensalidades do contrato do Governo com a Escola Família. Disse que o atual Governador Camilo Capiberibe teria prometido, em sua campanha, que ao ganhar as eleições garantiria esse pagamento. Entretanto, mesmo tendo sido eleito, segundo ele, não pagou a dívida. Falou que o Ministério Público teria mostrado como alternativa para pagamento que o Estado reconhecesse a dívida, mas mesmo após ter reconhecido a dívida e feito acordo o atual Governo não teria honrado com o pagamento do valor devido à Escola. Disse que era muito fácil enganar o homem do campo com promessas que não seriam cumpridas, que eles somente eram vistos na época das campanhas. Falou que teria sido dito que a Escola Agrícola dava prejuízo para o Estado, mas ele discordava deste posicionamento. Solicitou que os parlamentares se sensibilizassem com a causa da Escola Agrícola, no sentido de fazer com que o Governo fosse sensibilizado com a educação do campo. Lamentou que atualmente não estivesse sendo dado devido valor para a educação. Falou que os professores das Escolas Agrícola estavam passando por má situação, devido à falta de pagamento dos seus salários. A Deputada Marília Góes perguntou ao Senhor Nonato quantos alunos estavam sendo atendidos pelas Escolas Família Agrícola no Estado? O Senhor Raimundo Nonato disse que as Escolas Agrícolas contavam com a clientela de 690 alunos. Falou ainda que as Escolas Agrícolas estavam devendo os encargos financeiros desde o ano de 2010, pelo não pagamento por parte do Gestor daquela época, Governador Pedro Paulo, e que agora o atual governo além de não pagar a dívida do governo anterior estava há seis meses sem fazer o pagamento referente ao ano de 2013. Ressaltou as dificuldades enfrentadas para o transporte dos alunos na Comunidade do Cedro. Solicitou que o Governador Camilo Capiberibe olhasse com carinho o campo e priorizasse a educação daqueles que estavam trabalhando para produzir alimento no Estado. Em **Questão de Ordem** o Deputado Charles Marques registrou sua presença no plenário e solicitou a palavra. Com a palavra o Deputado Charles Marques disse que a causa da educação era justa e constitucional. Falou que deveria haver sensibilidade por parte do Poder público para garantir a educação a todos. Disse que a defesa pelas Escolas Família Agrícola ultrapassava as bandeiras políticas, e que independente de quem fosse o governante, deveria haver o bom senso de saber que



o dinheiro repassado para a educação era do povo e para o povo. Que o incentivo ao homem do campo era um fator primordial para garantir dignidade, pois o homem do campo em não encontrando oportunidade vinha para a cidade e aumentava o desemprego e vários outros problemas. Manifestou seu apoio em defesa das Escolas Família Agrícola. Falou que o governo deveria estar a serviço do povo, pois o mandato era do povo e para o povo. Disse que não é só de amor que o professor vivia, que eles tinham todo o direito de reivindicar seus salários. O Senhor Ramundo Nonato ressaltou a importância da educação do campo e da Escola Família, pois a pedagogia do campo servia como um dos bons exemplos de educação, pois formava cidadãos de her. Convidou aos parlamentares a se fazerem presentes nas Escolas Família Agrícola para conhecer de perto a realidade existente. Manifestou sua tristeza em ver tudo aquilo que teria sido conquistado pelas Escolas Família Agrícola se acabar, as criações de porcos e galinhas, as plantações, enfim todo um trabalho por falta de incentivo do governo. Conclamou os parlamentares a lutar pela causa do campo, pois a falta de incentivo no campo geraria aumento da violência nas cidades. Com a palavra a Deputada Marília Góes disse que quando o Sr. Raimundo Nonato e as famílias da Comunidade do Cedro vieram para esta Casa, tinham o propósito de encontrar apoio às suas causas e que era necessário que os parlamentares defendessem a educação do campo. Falou que a bandeira da educação não era uma bandeira político partidária, mas sim a bandeira dos direitos do povo. Ressaltou que a dívida deixada pelo governo de Pedro Paulo para com as Escolas Família era uma dívida de Estado e não dívidas pessoais, portanto, ao assumir o governo o gestor assumia o ônus e o bônus do cargo. Solicitou a Mesa Diretora, em nome da Deputada Roseli Matos - Presidente da Comissão de Educação da Casa, que enviasse Ofício da Casa, solicitando ao Governo do Estado que recebesse os membros da Escola Família do Cedro em audiência e buscasse resolver o problema não apenas da Escola Família do Cedro, mas de todas as Escolas Família Agrícola do Estado que estavam passando por problemas semelhantes. Concedeu aparte ao Deputado Keka Cantuária que disse que não teria conseguido entender o que o Estado pensava com relação à educação e ao desenvolvimento do Estado, pois um assunto estava diretamente atrelado ao outro. Falou que o fortalecimento do campo era primordial para aquecer a economia do Estado, seja através da Agricultura Familiar e dos investimentos. Disse que as áreas da educação e do desenvolvimento não estavam casando na atual gestão. Falou que era necessário dar ao homem do campo o conhecimento técnico, para isso teriam sido criadas as Escolas Família Agrícola. Lamentou que o governo estivesse massacrando as Escolas Família Agrícola. Concedeu aparte ao Deputado Eider Pena que disse que sabia do trabalho desenvolvido pelas Escolas Família Agrícola. Falou que o PSB no Amapá tinha uma cultura de não valorização do profissional da educação, quando rasgou o estatuto do magistério na época do então Governador Capiberibe, o pai. Agora, na atual gestão, o filho, Camilo Capiberibe também não estava honrando com os compromissos assumidos com a educação, visto que convênios não vinham sendo pagos e que tal situação impedia a garantia da alimentação, do pagamento aos professores, do transporte e outras despesas necessárias à educação no campo. Disse que estaria dando entrada na Casa a um projeto pedindo que a Lei nº 1.028 fosse revogada, para que o Governo do Estado pudesse discutir e garantir os direitos do pequeno agricultor e minerador. Criticou a forma como o Governo Estadual estava tratando as Escolas Família Agrícola, deixando-as sem recursos há mais de 10 meses. Falou que havia dinheiro, pois o orçamento do Estado



dava para garantir melhor qualidade de vida para os cidadãos do Estado. Pediu que a Casa tomasse um posicionamento frente aos problemas apresentados na presente sessão. Falou que deveria ser enviado ofício à Secretária de Estado do Desenvolvimento Rural e à Secretária de Estado da Educação para se pronunciarem sobre a educação do campo. Em **Questão de Ordem** a Deputada Marília Góes pediu para concluir sua fala. O Deputado Jorge Salomão queixou-se de que o Regimento Interno não estava sendo respeitado, pois o tempo destinado aos oradores inscritos no Grande Expediente já havia extrapolado em muito e outros deputados também aguardavam a sua vez de falar. A Deputada Roseli Matos, Presidente da Sessão, disse que o Regimento Interno estava sendo respeitado quanto ao tempo. A Deputada Marília Góes pediu que todos os deputados se unissem no sentido de intervir junto ao Governo pela solução das questões pendentes relativas às escolas famílias. Em sua fala o Deputado Manoel Brasil anunciou que apresentaria Requerimento sobre a segurança pública a ser discutida em Audiência Pública, em razão dos problemas crescentes de violência no Estado. Disse que não se omitiria de discutir tal questão. Defendeu a manutenção do equilíbrio emocional nas discussões no Plenário, pois corria-se o risco de se ter a saúde afetada, além de se correr riscos de cometer erros e injustiças. Disse reconhecer a necessidade de melhorias em diversos setores do Governo, mas que era necessário observar as limitações do Governo, muitas delas, segundo ele, decorrentes de ações mal administradas em gestões anteriores. Disse que muitos políticos se sentavam a mesa das pessoas humildes, unicamente com o intuito de ganhar seus apoios para se elegerem. Disse que os mesmos que, no passado, praticaram ações de improbidade, agora faziam críticas ao atual Governo. Disse que nunca desejou ser gestor, por entender a necessidade não apenas de boa vontade, mas também de sabedoria e responsabilidade para garantir um bom Governo. Reportou-se a prisão da Deputada Marília Góes e do seu esposo, então governador Waldez Góes, pela Operação Mão Limpas, por conta do desaparecimento de milhões de reais quando estiveram à frente da gestão do Estado. Lamentou que pessoas simples levassem políticos para sua mesa, os quais desejavam apenas ter seu voto para estar no poder. Disse ser importante recordar o passado para que fatos lamentáveis não voltassem a se repetir, pois denegriam a imagem do povo deste Estado. Em aparte o Deputado Jorge Salomão comentou sobre a Operação Mãos Limpas por entender que tinha um viés político, mas precisava falar sobre o projeto da FLOTA, citado pelo Deputado Eider Pena, que entendia ser um projeto bonito, o qual ele teria apoiado, mas que este projeto cobriu os assentamentos. Tal projeto foi aprovado como veio do Poder Executivo, e de forma errada, prejudicou os agricultores. Defendeu que tal projeto precisava ser corrigido. Discordou do Deputado Eider Pena por culpar o atual Governador pelos problemas que vinham ocorrendo no setor agrícola do Estado. Em aparte o Deputado Jaci Amanajás lamentou que o Regimento não estivesse sendo seguido à risca. Defendeu a solução dos problemas da Comunidade do Cedro, pois entendia que esses cidadãos não podiam continuar sofrendo pelos desmandos, segundo ele, do Governo passado, que teria deixado prejuízos financeiros em diversos setores da administração pública estadual. Lamentou que tudo de ruim que ocorria no Amapá fosse atribuído somente a atual gestão estadual, pois entendia que as dificuldades desse governo eram decorrentes das ações do governo anterior. Defendeu que o governo atual tinha o dever de assumir a responsabilidade do governo passado, pois esses cidadãos não podiam pagar pela falta de compromisso de outros gestores. Disse que nunca acusou ninguém, apenas tem se defendido na Casa, pois tem uma vida



pública ilibada. Retomando seu pronunciamento o Deputado Manoel Brasil disse que o parlamento tinha a finalidade de discutir as questões dos seus cidadãos. Em seguida a Deputada Roseli Matos passou a Presidência ao Deputado Charles Marque e fez uso da palavra. Em sua fala a Deputada **Roseli Matos** pediu desculpas aos cidadãos da Comunidade do Cedro em função da discussão levantada com relação ao tempo das falas dos parlamentares. Manifestou sua tristeza em ver que alguns de seus pares, segundo ele, não tendo argumentos para defender seu governo, atacavam outros governos e até mesmo seus pares. Era necessário ter cuidado ao se fazer acusações e não sabermos escutar por não terem como se defender. Disse que o atual governo sequer manifestava-se favorável a discutir com os deputados as questões do Estado. Citou as dificuldades que vinha enfrentando como Presidente da Comissão de Educação para ter uma audiência com a Secretaria de Estado da Educação. Alertou para que os parlamentares fossem mais prudentes com suas falas, pois entendia que os fatos deveriam ser revelados, mas que deveriam ter o cuidado de não atacar pessoas sem as devidas provas. O Deputado **Dr. Furlan** lamentou a discussão sobre o Regimento Interno, visto que a mesma tirou do foco os problemas da Comunidade do Cedro. Disse que seu pai era agrônomo e entendia perfeitamente as dificuldades apresentadas pelos cidadãos que viviam no campo. Defendeu que o setor produtivo era um tema de importante e rica discussão a ser pontuado na Casa. Manifestou-se contra discussões sobre questões baseadas em retrovisores, mas defendeu que se buscassem as soluções para os problemas que presentes, especialmente sobre as questões na área da educação e da agricultura em debate na presente sessão. Em aparte a Deputada **Marília Góes** pediu desculpas aos cidadãos do Cedro pelas discussões sobre o Regimento Interno, as quais considerou desrespeitosas para com aqueles cidadãos. Disse que tinha direito a réplica, pois teve seu nome citado por colegas que falaram e saíram para não ouvirem sua resposta, pois não teriam argumentos para e defender. Disse que suas críticas sobre a atual gestão estadual era pelo fato da inércia que se via no Governo do Estado. Confirmou que havia sido presa, mas lamentou que tal fato estivesse constantemente sendo citado na Casa, como justificativa para os desmando do atual governo, pois seus acusadores não tinham como defender a atual gestão estadual. Destacou que foi eleita pelos cidadãos amapaenses e que defenderia seus interesses enquanto os representasse na Casa. Disse que teria vergonha de dizer que ocupava o cargo de Deputada Estadual há mais de vinte anos, sem ter o que apresentar de relevante para o Estado e para seus cidadãos. Disse que quem assim agia era porque tinha uma relação espúria com o atual Governo Estadual. Destacou que era fácil falar e correr para não ouvir a verdade e que os mandatos de quem assim agia eram apenas de interesses particulares. Evidenciou que a defesa feita na Casa ao atual governo era chula, em troca de migalhas, pois até o momento o atual Governo não teria apresentado a que veio para o cargo. Em **Comunicações Inadiáveis** a Deputada **Marília Góes** solicitou que o Projeto de Lei nº 0101/13-AL, pela meia-entrada aos profissionais da educação, fosse colocado para ser deliberado na próxima segunda-feira. Lamentou que três homens tivessem corrido por não ter como se defender sobre suas colocações. O Deputado **Eider Pena** disse que sua proximidade com os cidadãos não era por interesses particulares, mas pelo seu dever de parlamentar. Sobre a FLOTA disse que o Governador queria regulamentar uma lei sem respeitar suas peculiaridades. Reconheceu que a parte técnica da Lei da FLOTA trouxe prejuízos para os agricultores e defendeu que tal correção fosse providenciada. Defendeu o plano de manejo, mas reconhecia que tal medida não era para o pequeno





agricultor, mas para o grande produtor. Disse que tal medida inviabilizava as atividades dos pequenos produtores do Estado. Destacou que o Governo do Estado não tem mostrado interesse em solucionar a questão, pois já foi procurado pelos Deputados Estaduais, mas que estaria ignorando este Poder Legislativo, regulamentando, do seu jeito, a Lei da FLOTA. Disse que este Parlamento estaria apresentando Projeto de Lei para revogar a Lei da FLOTA, na tentativa de corrigir suas falhas. Manifestou seu apoio as questões apresentadas pelo Sr. Nonato e pela Comunidade do CEDRO. Não havendo mais manifestação por parte dos Deputados presentes, a Presidente encerrou a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos que a ela deram origem. Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, às onze horas e cinquenta e dois minutos do dia nove de outubro de dois mil e treze.





ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI Nº 0104/13-AL

**DESPACHO**

Determino a Secretaria Legislativa o arquivamento nos termos do art. 156, I do RI; da proposição, sendo idêntica a outra já aprovada;

Macapá - AP, 09 de outubro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
Secretário Legislativo





ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Ofício Nº 0264/13-SELEG-AL

Macapá-AP, 09 de outubro de 2013.

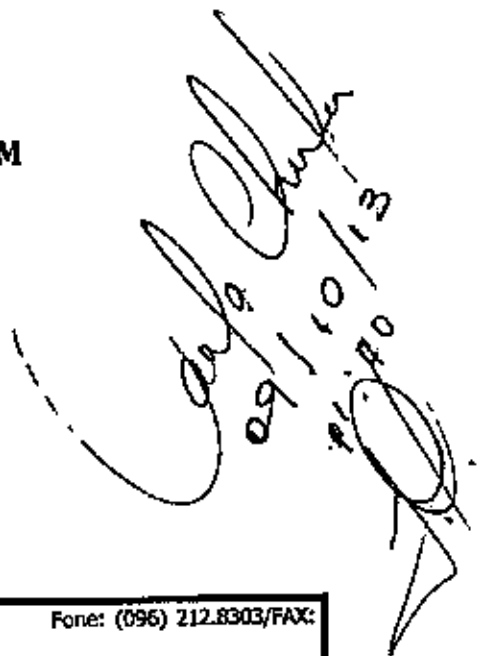
Excelentíssimo Senhor  
Deputado **EIDER PENA**

**Senhor Deputado**

1 - Em atendimento ao disposto no art.156 I, do Regimento Interno, informo a Vossa Excelência que, seus Projetos de Lei de nº 0103/13-AL e Nº 0104/13-AL tiveram sua tramitação prejudicada por já existirem Leis que versam sobre suas matérias. Sendo elas Lei 0127/93 e Lei 0525/00 respectivamente, seguindo ambas em anexo. E em atendimento ao Art.154 §4º, informo seu arquivamento.

Atenciosamente,

  
**PAULO ROBERTO DA GAMA JORGE MELÉM**  
Secretário Legislativo

  
09/10/13





ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



**TERMO DE ENCERRAMENTO**

Aos quinto dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Secretaria Legislativa da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, efetuei o encerramento deste processo, referente ao Projeto de Lei nº 0104/13-AL, do que faço este termo nesta última folha de nº 16. Eu, Darlene Rilda Pereira Vianna, servidora desta Secretaria, o subscrevo.

  
\_\_\_\_\_

